

Às 10:30h do dia 04 de dezembro de 2013, quarta-feira, é instalada a reunião ordinária conjunta do CONSAD e do CONFIS. Presentes: o Diretor-Presidente, Marcus Curvelo; o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz Simões Campos; o Procurador, José Viveiros de Faria; a Chefe de Gabinete, Vanessa Maria Bull; a Tesoureira, Adriana Catarina da Costa; a Gestora Previdenciária, Carla Cristina Maduro Vogas Tavares; o Controlador Aluizio Martins Manzini e, bem como os Conselheiros, Eduardo de Belford Rodrigues de Britto – suplente do Secretário de Fazenda; Carlos Henrique Manzani – Secretário de Administração; Alberto Carlos Ferreira da Silva –suplente do Secretário de Planejamento; João Carlos Raeder – suplente da Secretária de Educação; Arlete Barbosa Valero – representante do SISEP; – Maria José Garrido de Souza Costa – representante da UNAPO; André Bebiano de Macedo – representante da CMP; Francisco Afonso Eccard – representante da APM; João Cássio dos Santos – suplente da Secretária de Controle Interno; Norton da Costa Pardal –representante da AFITO; Rosane Carvalho do Amaral – suplente do representante do SINDIFISC. O Diretor-Presidente, Marcus Curvelo, abre a reunião, agradecendo a presença de todos e solicita que a servidora, Sonia Leão, leia a Ata da reunião ordinária, realizada em 04/09/2013. Ao final, o Diretor-Presidente pergunta se há alguma correção a ser feita; o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz Simões Campos, solicita que fique registrado que sua ausência foi motivada devida a uma cirurgia odontológica. É aprovada a Ata. O Diretor-Presidente passa ao segundo item da pauta – Eleição do Presidente do CONFIS. Marcus Curvelo lê para os Conselheiros o art.26, §1º da Lei nº 6.490/2007, que trata da eleição do Presidente do CONFIS. Ao final pergunta quem se candidata ao cargo. Norton da Costa Pardal coloca que deveria ser a Secretária de Controle Interno, Rosângela Stumpf de Lima, o que é acatado pela conselheira Rosane Carvalho do Amaral . O Diretor-Presidente passa ao terceiro item da pauta – Recurso. Passa a palavra a Dr. Viveiros que cumprimenta a todos. Diz que fez um resumo dos fatos e passa a ler o que escreveu: “*Senhor Presidente, Marcus Curvelo, meus colegas servidores do Inpas,*

Senhores Conselheiros, temos em pauta para discussão o processo 976/2013 do servidor aposentado Carlos Alberto de Moraes. DOS FATOS: alega o requerente que APRESENTOU DENÚNCIA aos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do INPAS através do Processo 827/2013 pelo não cumprimento de prazo de 20 dias para que o INPAS desse informações e que na mesma data apresentou REGISTRO DE OCORRÊNCIA e que também não obteve resposta. Cita o requerente as leis 9717/98, que em seu art.8º trata da responsabilidade dos dirigentes e dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal dos órgãos ou entidades do regime próprio de previdência social. Cita, também, diversos artigos da Lei 12.527/2011 lei de acessibilidade que trata do pedido de Acesso às Informações. CONCLUSÃO: Conclui o requerente solicitando aos Senhores Conselheiros: 1 – que determinem que a administração do INPAS preste as informações na forma solicitada; 2 – os pedidos de informações constantes dos processos: cita vários processos, alegando que o INPAS não ofereceu as informações devidas. E finaliza dizendo aguardar ser comunicado das providencias tomadas pelos Senhores Membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do INPAS. Senhor Presidente, Senhores Conselheiros o Servidor já é bastante conhecido destes Conselhos pelos inúmeros requerimentos apresentados ao INSTITUTO e que todos foram devidamente respondidos. E com todo respeito aos Senhores Conselheiros, as afirmações do Requerente não são verdadeiras. O INPAS através do Senhor Diretor-Presidente sempre procurou atender aos servidores deste Município em especial ao servidor Carlos Alberto apesar do grande número de processos apresentados hoje mais de 80. Somos prova da preocupação da Presidência do Instituto em cumprir os prazos. Recentemente foi apresentado a Defensoria Pública do Estado cópia de todos os processos que tramitaram ou tramitam pelo Instituto. Face todo o exposto solicita-se aos Senhores Conselheiros sejam consideradas improcedentes as alegações do Servidor Carlos Alberto de Moraes e pelo arquivamento do processo.”

Dr. Viveiros pede para desconsiderar as alegações do servidor. O Conselheiro, André Bebiano, pergunta se os prazos estão sendo cumpridos. Dr. Viveiros diz que

tudo esta sendo cumprido. André Bebiano diz que deve ser arquivado. Marcus Curvelo diz que não tem nada de pessoal contra o servidor, mas é ação sistemática dele entrar com vários processos no Inpas. A Defensoria Pública solicitou cópia dos processos, cumprimos o prazo de 15 dias e entregamos todos os documentos. Esperamos que vejam que não tem fundamento, ele deveria procurar a justiça. A Conselheira, Maria José, indaga se tem processo judicial. Dr. Viveiros diz que não. A Conselheira, Maria José, diz que se a Defensoria não ingressar com medida judicial, o Inpas deveria entrar. Os Conselheiros desconsideram a solicitação do servidor. Marcus Curvelo passa ao quarto item de pauta – Apresentação do Relatório final da auditoria externa/2012. O Diretor-Presidente diz que tivemos a preocupação de enviar junto com o ofício de convocação, cópia do trabalho dos auditores, porém sendo prudente solicita que a apresentação e emissão de Parecer sejam feitas numa próxima reunião. A Conselheira, Arlete Valero, indaga sobre a transferência de valores. Marcus Curvelo diz que este assunto está no trabalho e foi também objeto de uma Tomada de Contas. O Controlador, Aluízio Martins Manzini, coloca-se à disposição dos Conselheiros para esclarecimentos, se necessário. Os Conselheiros concordam que fique para a próxima reunião o item quatro e cinco da pauta. O Diretor-Presidente passa para o sexto item da pauta – Apresentação de relatório em cumprimento à Portaria nº 345/2009. Passa a palavra para a Tesoureira, Adriana Catarina da Costa, que faz a apresentação em data show dos demonstrativos de aplicação. Relata que todos os investimento do Inpas estão em renda fixa, discorre sobre cada investimento feito no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, diz que o atingimento da meta atuarial está em 57,44%. Marcus Curvelo fala que será difícil atingir a meta Atuarial, em função do primeiro semestre os Títulos Públicos apresentarem grande volatilidade é consenso no Mercado que ninguém baterá a meta atuarial este ano. O Conselheiro, Francisco Afonso Eccard, diz que isto é preocupante. Adriana diz que na última reunião foi aprovada o aumento do DI. Relata que temos um universo restrito para aplicações, e não temos disponibilidade financeira para aplicar em longo prazo. Fala que os investimentos estão distribuídos das seguintes maneira: 85,41% na CEF e 14,59% no Banco do Brasil. O Diretor-Presidente, Marcus Curvelo, diz que depois da licitação que

ocasionou a mudança de banco, o Banco do Brasil começou a onerar o Instituto. O Diretor de expõe que da folha dos inativos o Banco do Brasil cobrou mais de R\$8.000,00 mil de taxas e dos ativos quase R\$200,00 reais. O Secretário de Administração, Carlos Henrique Manzani, diz que aconteceu o mesmo com a Prefeitura. Adriana encerra a apresentação e pergunta se há dúvidas. Marcus Curvelo agradece a apresentação e passa para o sétimo item da pauta – Política de Investimentos para 2014 – fala que a política de investimento foi elaborada pela empresa de consultoria e o Comitê de Investimento do Instituto. Marcus Curvelo diz, para ilustrar o comentário do Conselheiro Francisco Eccard, que o Ministério da Previdência Social cobra aos RPPS, que atinjam a meta atuarial, mas limita a ação do mesmos. Por este motivo já está estudo, pelo MPS, a emissão de Certificação. Passa a palavra ao Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz, que relata que a Política investimento foi elaborada levando em consideração que o ano de 2014 está cercado de incertezas: ano eleitoral, copa do mundo, diminuição do PIB. O Instituto nunca investiu em poupança, mas por questão de segurança, para o próximo ano poderemos investir em caso de crise. Marcus Curvelo diz que, além das ameaças internas, existem as externas: crise americana, européia e o baixo crescimento da China. A inflação também assusta, existe projeção de 12% para a taxa de juros. O Conselheiro, Norton, pergunta se a aprovação pode ficar para a próxima reunião. Marcus Curvelo diz que não, pois temos que encaminhá-la ao MPS, assinada pelo Prefeito, pelo gestor do RPPS, pelos membros do Conselho de Administração e pelo Comitê de Investimento, até 30/12/2013. Após debates é aprovada, por unanimidade a Política de Investimentos para 2014. Marcus Curvelo passa para o oitavo item de pauta – Assuntos Gerais – traz a Portaria MPS 440, de 0/10/2013, que em seu entender foi importante a emissão desta Portaria, que foi devida ao escândalo de aplicações em Fundos, que não tinham nem CNPJ. Diz que o Inpas já cumpria 80% do que está na Portaria, agradece a Daniel e aos membros do Comitê de Investimento. Passa a palavra para a Gestora Previdenciária, Carla Cristina C.M. Vogas Tavares, que faz a apresentação da Portaria para os Conselheiros. Diz que o objetivo é dar mais transparência à política de investimentos; inclui a necessidade da assinatura dos membros do Conselho de

Administração e, exige a certificação da maioria dos membros do Comitê de Investimentos. Já encaminhamos minuta de Decreto ao Sr. Prefeito, alterando o Decreto nº 1.010/2012 de criação do Comitê de Investimentos, visando acrescentar dois itens. Marcus Curvelo agradece a Carla Maduro pela apresentação. O Conselheiro, André Bebiano, pergunta se nas reuniões pode trazer, para assessoramento, um contador ou advogado. Marcus Curvelo fala que não tem restrição, mas não tem previsão na Lei nº 6.490/2007 e temos o CONFIS que tem esta atribuição e os Conselheiros, recebem antecipadamente, o material para as reuniões. O Conselheiro, Francisco Eccard, diz que para gerar renda para o Instituto temos que pensar: Aluguéis, loteria. Marcus Curvelo relata que em reunião com o Conselheiro, com o Sr. Guedon, na “Frente para Petrópolis”, tem-se discutido estas questões. Diz da omissão do Ministério que criou um “monstro” com déficit de um trilhão de todos os RPPS. Em ida a Brasília, verificou que o MPS tem 04 atuários para resolver os problemas de 2 mil municípios. A atenção deles está voltada para a aposentadoria complementar. A boa notícia é que em 11/12 estará sendo criada a Frente Parlamentar em favor dos RPPS; vai depender da mobilização dos servidores e as Associações que representam os Institutos. O Conselheiro, Manzani, acha que a Frente é a solução. A Conselheira, Maria José, diz que desde que atue. Manzani fala que vai atuar. Marcus Curvelo fala que tem que ter mais empenho das associações que representam os RRPS, lutando pelos interesses dos Institutos tem que ter “menos festa e mais trabalho”. Marcus Curvelo agradece aos Conselheiros, deseja um Feliz Natal e Prospero ano Novo a todos os Conselheiros. Foi difícil este primeiro ano de gestão, tivemos de nos apropriar de todas as informações e o RPPS é complexo, os servidores tem que se apropriar do RPPS, estamos cuidando deste Patrimônio. Agradece a sua equipe e diz que se sente à vontade presidindo as reuniões do Conselho. Agradece a presença de todos, nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião, às 12:40h e lavrada a presente ata que segue assinada pelos presentes e por mim, Sonia Maria de Castro Leão, quem a digitou.